

Regularização parcial ^{AD16468} 67 reduz área de marinha

O processo de regularização dos terrenos de marinha que vem sendo encaminhado pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), ligada à Prefeitura, pretende regularizar somente uma parte dos terrenos dos bairros Ilha de Santa Maria, Ilha de Monte Belo, Itararé, Maria Ortiz e São Pedro I, num total de 20 milhões de metros quadrados, que serão entregues a 4 mil famílias.

Esta regularização não envolve, segundo o presidente do CDV, José Henrique Merçon, todos os terrenos de marinha existentes em Vitória e sim, aqueles doados à Prefeitura há 11 anos pela União. "Esta doação dos terrenos de marinha somente no ano passado foi regularizada e a partir de maio a CDV começou a entregar as escrituras definitivas aos moradores".

Para que sejam legalizados os terrenos, os moradores e ocupantes devem, no entanto, procurar o CDV, que antes fará a medição da área e estabelecerá o preço do imóvel. Sobre este preço, o morador terá de pagar 2% a título de Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além das custas com despesas de cartório.

Merçon explicou que é impossível fugir destas taxas, principalmente do ITBI, "mas as custas foram reduzidas ao máximo para que todos os ocupantes consigam sua escritura definitiva. "Cada pedido de regularização corresponde a um processo que tem de ser aberto pela CDV, que depois encaminha para o cartório. Já foram entregues cerca de 100 escrituras e

outros 100 processos estão em andamento.

O prazo mínimo para o andamento de um processo é de 120 dias, porque têm de ser feitas todas as verificações e existem casos que são mais complicados, já que uma pessoa pode pedir a regularização de um terreno apenas. "Esta decisão foi tomada para evitar especulação imobiliária e foi uma decisão tomada junto com as comunidades".

Prazo

Merçon disse que não existe prazo definido para o encerramento dos pedidos de regularização, mas enfatizou que isto só está sendo feito nos terrenos que há 11 anos foram doados à Prefeitura pela União. Em relação ao restante dos terrenos de marinha, a situação permanece a mesma, "a menos que a pressão da população junto ao Serviço de Patrimônio da União leve o Governo federal a fazer novas doações".

Em função da situação econômica difícil de grande parte dos moradores destes bairros, a CDV decidiu parcelar em até 10 vezes os gastos com a regularização. "Agora, a CDV está com técnicos atuando em cada bairro para estimular os moradores a regularizarem sua situação, mas para o caso de alguém não conseguir pagar os custos, a PMV emite um título de ocupação para garantir sua permanência no imóvel. "Merçon explicou que este título não permite ao ocupante vender a área, o que não ocorre com quem passa a possuir escritura definitiva.